

Serra, no Congresso: gastos com pessoal iguais aos de 89, corrigidos pela inflação

Desequilíbrio nas finanças

BRASÍLIA — A crise nas finanças públicas do País impressionou os parlamentares que acompanharam ontem a apresentação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo relator José Serra. Ele mostrou um quadro da conjuntura que indica "desequilíbrio orçamentário primário" do governo federal de 9,5% do PIB. Essa seria a diferença entre tudo o que é arrecadado — excluídas as receitas de emissões de títulos — e as despesas globais do governo, e representaria também a necessidade de emissão de títulos para equilibrar o orçamento, o que ampliaria o déficit público.

"Não há soluções fáceis para a crise fiscal", disse Serra. Ele ressaltou que mesmo as medidas de contenção de gastos propostas na LDO só terão efeito certo sobre o déficit público se a inflação for controlada.

Para dar um exemplo das dificuldades que o governo enfrenta, Serra mostrou que as despesas vinculadas — que o

Distribuição das despesas orçadas para 1989 segundo natureza e condições para aplicação

1. Despesas não emendáveis	(em %)
Transferências Tributárias a Estados/Municípios	13.6
Pessoal e Encargos Sociais	17.2
Serviço da Dívida	15.3
Soma	46.2

2. Despesas vinculadas	(em %)
Outras Desp. c/Ensino (art. 212, Constituição)	0.7
Desp. Corrente - orç. fiscal/rec. vinculados	2.1
Desp. Capital - orç. fiscal/rec. vinculados	5.5
Outras desp. c/Seguridade - rec. fundos/entidades	22.8
Orç. Oper. Oficiais Crédito - rec. próprios	13.4
Demais Entidades e Fundos - rec. próprios	3.7
Soma	48.2

3. Despesas não condicionadas	(em %)
Desp. Correntes - rec. ordinários do Tesouro	3.3
Desp. Capital - rec. ordinários do Tesouro	2.3
Total das despesas (1+2+3)	100.0

Serviço de Dívida inclui desp. c/contrapartida nacional de financiamentos externos.

Outras desp. c/seguridade inclui destinação de recursos do FPAS para benefícios previdenciários (INPS).

Despesas não condicionadas representam NCz\$ 6.447 mil (estimadas em 1.46% do PIB).

Congresso não pode modificar — chegam a 94,4% do orçamento, ficando apenas 5,6% para a realização de cortes adicionais. Mas nesses 5,6% estão incluídos os investimentos de governo no que ele chamou de "capital social básico" — estradas, hospitais, escolas.

Para melhorar essa situação, que considera inadmissível, Serra abriu uma exceção na contenção rígida de despesas da LDO, autorizando a emissão de títulos em valor equivalente a 10% de suas receitas, para aplicar em investimentos prioritários.